

como a possibilidade de se captar adequadamente a realidade de nossa época, que se expressa como uma dor que se deve ocultar, poderia a nosso ver levar à percepção dessa dor, percepção essa ausente no indivíduo predisposto ao preconceito. Não se pretendeu fazer a apologia dessa dor, ou considerá-la uma condição existencial, o que poderia justificar o sofrimento, mas compreendê-la para que possa ser enfrentada.

Mediante a atitude de compreensão, procuramos não assumir também uma atitude complacente, de perdão, posto que a agressão sobre as vítimas não deve ser perdoada, sem que isso signifique que o agressor seja o único culpado, mas, menos ainda, que a vítima tenha alguma responsabilidade pela violência que recai sobre ela.

Dados os limites deste livro, não foi possível apresentar diversos autores que tentam combater o preconceito e diversos temas que se associam a ele, mas abrigamos a esperança de que o leitor interessado não tarde a encontrá-los, se é que já não os encontrou.

Por fim, com o objetivo de polemizar sobre um assunto polêmico, deixamos a cargo do leitor a continuidade deste prefácio.

São Paulo, outubro de 1995.  
José Leon Crockík

José Leon Crockík

## Capítulo 1

### *O conceito de preconceito*

#### *Introdução*

Para se estudar e entender o preconceito, é necessário recorrer a mais de uma área do saber. Embora esse seja um fenômeno também psicológico, aquilo que leva o indivíduo a ser ou não ser preconceituoso pode ser encontrado no seu processo de socialização, no qual se transforma e se forma como indivíduo. Ou seja, aquilo que permite ao indivíduo se constituir é também responsável por ele desenvolver ou não desenvolver preconceitos. A sua manifestação é individual, assim como responde às necessidades irracionais do indivíduo, mas surge no processo de socialização como resposta aos conflitos aí então gerados.

O processo de socialização, por sua vez, só pode ser entendido como fruto da cultura e de sua história, o que significa que varia historicamente dentro da mesma cultura e em culturas diferentes. Como tanto o processo de se tornar indivíduo, que envolve a socialização, quanto o do desenvolvimento da cultura têm se dado em função da adaptação à luta pela sobrevivência, o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta. E, assim, para se poder pensá-lo é necessário utilizarmos conceitos da Psicologia e da Sociologia, dentro de uma perspectiva histórica.

Há diversas complicações inerentes ao conceito de preconceito. Uma delas se refere a que o indivíduo preconceituoso tende a desenvolver preconceitos em relação a diversos objetos – ao judeu, ao negro, ao homossexual etc. –, o que já indica uma forma de atuação desenvolvida por ele de certa maneira independente das características dos objetos alvos do preconceito, que são distintos entre si. Isto

mostra que o preconceito diz mais respeito às necessidades do preconceituoso do que às características de seus objetos, pois cada um desses é imaginariamente dotado de aspectos distintos daquilo que eles são.

De outro lado, os conteúdos do preconceito em relação aos diversos objetos não são semelhantes entre si. Aquilo que o preconceituoso imaginariamente percebe como sendo o deficiente físico não é o mesmo que imagina ser o deficiente mental; o estereótipo sobre o negro é distinto do estereótipo sobre o judeu. Ou seja, cada objeto suscita no preconceituoso afetos diversos relacionados a conteúdos psíquicos distintos.

Assim, o preconceito, ao mesmo tempo em que diz mais do preconceituoso do que do alvo do preconceito, não é totalmente independente desse último, ou melhor, das representações que são atribuídas ao alvo. Não se pode por isso estabelecer um conceito unitário de preconceito, pois ele tem aspectos constantes, que dizem respeito a uma conduta rígida frente a diversos objetos, e aspectos variáveis, que remetem às necessidades específicas do preconceituoso, sendo representadas nos conteúdos distintos atribuídos aos objetos.

Na relação entre a identificação de características do preconceituoso e a diversidade de conteúdos que percebe em suas vítimas, apresenta-se, na sua base, a relação entre indivíduo e sociedade. Isto porque a fixidez de um mesmo tipo de comportamento se relaciona com estereótipos oriundos da cultura, que embora se diferenciem em diversos objetos que tentam expressar, não se confundem com eles; é dizer: à diversidade com que a roupagem dos estereótipos culturais reveste os seus objetos, corresponde uma fixidez de comportamento no preconceituoso. Essa relação não é direta, pois o indivíduo se apropria dos estereótipos e os modifica de acordo com as suas necessidades; contudo, as idéias sobre o objeto do preconceito não surgem do nada, mas da própria cultura.

Não é raro se pensar que a psicanálise poderia dar conta do fenômeno do preconceito, considerando-o um sintoma, cujo significado deve ser revelado pelas técnicas psicanalíticas. Embora isso seja

verdadeiro, não envolve a verdade toda, pois, como foi dito, se o processo de socialização só pode ser vivido pelo indivíduo, as formas, os instrumentos e os conteúdos pertencem à cultura, o que significa que a relação entre os indivíduos é sempre mediada por aquela e que, portanto, o indivíduo é fruto dessa mediação. Para enunciar o óbvio: não existe indivíduo sem cultura, mas a cultura pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento do indivíduo, o que já não é tão óbvio.

Para se falar em indivíduo, deve-se pressupor uma esfera de intimidade ou de interioridade, que se contrapõe a uma esfera exterior, mas é uma interioridade que surge a partir desse mesmo exterior, o que implica que o indivíduo é produto da cultura, mas dela se diferencia por sua singularidade. Quando o indivíduo não pode dela se diferenciar, por demasiada identificação, torna-se o seu reproduutor, sem representar ou expressar críticas que permitiriam modificá-la, tornando-a mais justa; se o indivíduo somente se contrapõe a ela, não se reconhecendo nela, coloca a própria possibilidade da cultura em risco.

Em nenhum desses dois casos é possível falar em indivíduo com autonomia de consciência e espontaneidade da experiência e, em ambos os casos, o terreno está semeado para o desenvolvimento de preconceitos. No primeiro caso, porque a fragilidade individual nega a própria capacidade de refletir e experimentar os objetos fornecidos pela cultura e de pensar as representações que a eles atribui; no segundo caso, pelo fato de o indivíduo não conseguir perceber que a sua visão preconcebida da realidade é devido à sua própria dificuldade em considerar a cultura<sup>1</sup> como fonte de seu desenvolvimento e, assim, poder julgar a si mesmo e aos outros como frutos dela.

Como a experiência e a reflexão são as bases da constituição do indivíduo, sua ausência caracteriza o preconceito. Mas a base desse

<sup>1</sup> Os termos "civilização", "cultura" e "sociedade" serão empregados neste livro, quase sempre, como se fossem sinônimos. Como não é possível aqui desenvolver a discussão sobre a distinção e a relação entre eles, remetemos o leitor para o livro de Horkheimer e Adorno (1978), sobretudo para os capítulos "Cultura e Civilização" e "Sociedade" e para o ensaio "Cultura e Administração", que se encontra em Horkheimer e Adorno (1971).

não é essa ausência, que contribui para a sua manutenção, e, sim, o que as impede: a ruptura com o mundo que o preconceituoso percebe como demasiado ameaçador. Assim, à onipotência – manifesta ou velada – pela qual o preconceituoso se julga superior ao seu objeto, corresponde a impotência que sente para lidar com os sofrimentos provenientes da realidade.

O agir sem reflexão, de forma aparentemente imediata perante alguém, marca o preconceito, que sendo, *a priori*, uma reação congelada, assemelha-se à reação de paralisia momentânea que temos frente a um perigo real ou imaginário. A reação presente naquele que porta o preconceito pode ser denominada de mimética, que consiste em fingir-se de morto frente ao objeto que gera estranheza. É uma reação análoga à do animal que imita a natureza para se defender do predador; mostra um olhar fixo que vendo além de alguém não consegue vê-lo.

Para termos uma idéia disso, basta pensar nas situações constrangedoras em que nos envolvemos quando, frente a uma pessoa que apresenta particularidades que rompem com nossa percepção usual do que é uma pessoa no cotidiano, temos de disfarçar o susto ou justificá-lo para desculpar a nossa reação. Às vezes essa reação assume a forma de um exagero de aceitação e fazemos de tudo para que a pessoa em questão, ou para que as pessoas responsáveis por ela, não percebam a nossa alteração. Dizemos frases ou atuamos no sentido de dar um consolo antecipado a quem não o solicitou, ou esboçamos um sorriso que aparente compaixão e esconda a nossa aflição, sem nos perguntarmos se essas reações dizem respeito à pessoa que deformamos ou a nós mesmos; pressupomos de imediato que é uma situação ruim de ser vivida e sofremos a aparência da dor que nos impede tanto de senti-la como de experimentar a relação sem tabus.

A outra forma que assumimos frente à pessoa estranha é a da rejeição, no sentido de não lhe darmos nenhum valor ou, então, um valor preconcebido, segundo o qual ela não merece a nossa atenção

por ser inferior a nós, o que, em certos casos, leva à idéia fascista de eliminá-la, se for possível, antes mesmo de nascer<sup>2</sup>.

Qualquer uma das reações aponta para a cegueira individual daquele que não pode se ver e pensar que, se a reação é causada por um outro, ela encontra respaldo em si próprio. Não estamos querendo dizer que a pessoa que gera o mal-estar não tenha elementos que o suscitem, mas que, como já foi formulado antes, o preconceito diz mais da pessoa que o exerce do que daquela sobre a qual é exercido. Quanto maior a debilidade de experimentar e de refletir, maior a necessidade de nos defendermos daqueles que nos causam estranheza. E isso ocorre – e nunca é demasiado repetir – porque o estranho é demasiado familiar. Como Freud (1975) pôde mostrar, o medo frente ao desconhecido, ao diferente, é menos produto daquilo que não conhecemos, do que daquilo que não queremos e não podemos reconhecer em nós mesmos por meio dos outros.

As duas atitudes descritas – a complacência benevolente e a rejeição fascista – não são inatas, desenvolvem-se<sup>3</sup>. A primeira se aproxima da cordialidade que aprendemos a desenvolver como um verniz civilizatório, mediante uma educação hipócrita que nos impede de manifestar a nossa estranheza de forma espontânea, ou de não manifestar estranheza alguma, se desde pequenos desenvolvemos a nossa curiosidade, mas não a rejeição frente a pessoas desconhecidas. A segunda contém o enrijecimento próprio daquele que, ao ter de aprender a ser forte, despreza toda fragilidade, inclusive a própria; a educação que nos leva a seguir rigidamente as regras estabelecidas, ou seja, que nos obriga a ser duros conosco, nos leva a ser duros com os outros<sup>4</sup>.

Se o preconceito não é inato, a criança pode, de fato, perceber que o outro é diferente dela, sem que isso impeça o seu relacionamento com ele. Essa percepção, contudo, é dificultada, pois é sob a

<sup>2</sup> Esses dois tipos de reação foram examinados por Amaral (1992).

<sup>3</sup> Cf. Allport (1946); Adorno et al. (1950); e Horkheimer e Adorno (1971).

<sup>4</sup> Cf. Adorno (1995).

forma de ameaça que o preconceito é introjetado<sup>5</sup>. Incorporamos as representações dos objetos, aos quais devemos reagir preconceituosamente, por meio de nossas relações com pessoas das quais dependemos, e as incorporamos por medo do que aconteceria, caso assim não o fizéssemos. Segundo Freud<sup>6</sup>, isso ocorre com a introjeção de todos os valores. O supereu – a consciência moral que adquirimos por identificação com nossos pais – é constituído para que não percais o amor deles ou daqueles que amamos. Mas o amor significa também, nesse caso, evitar a agressão das pessoas amadas sobre nós.

Não pretendemos com isso reduzir o supereu e o preconceito um ao outro, mas evidenciar que, em ambos, os valores introjetados são de forma inconsciente e dirigidos de fora para dentro, embora não de forma imediata; ou seja, os valores introjetados, ou os modelos que incorporamos para seguir, não são tal qual existem na realidade, mas mediados por nossa percepção, que de forma alguma é inteiramente objetiva.

Por vezes, contudo, como mostra o estudo de Jahoda e Ackerman (1969), a direção do afeto em relação àquilo que é introjetado é contrária ao sentido que originalmente existia nos pais: esses sendo favoráveis a determinado grupo e os filhos se tornando a ele desfavoráveis. Mas, mesmo nesse caso, o que foi introjetado não o foi de forma autônoma pelo sujeito e, em ambos os casos, a afeição ou a hostilidade ao grupo em questão não está diretamente direcionada a ele, mas àqueles com os quais o indivíduo se identifica.

Como o preconceito não é inato, nele está presente a interferência dos processos de socialização, que, como foi dito, obrigam o indivíduo a se modificar para se adaptar. Mas assim surgem duas questões: como diferenciar os processos de socialização que levam ao preconceito daqueles que se dirigem à sua ausência? Como dizer que um comportamento aparentemente não preconceituoso de fato o é? Em

<sup>5</sup> Cf. Horkheimer e Adorno (1971), o ensaio "Sobre os preconceitos".

<sup>6</sup> Cf. Freud (1986), capítulo VII.

outras palavras, como o ser humano, para viver em cultura, tem de renunciar a uma série de desejos e voltar seu interesse para objetos, bens e ideais culturais que não se relacionam necessariamente com seus desejos, como garantir, *a priori*, que a relação que passa a ter com tais objetos seja de índole distinta da relação do preconceituoso com a sua vítima, uma vez que o interesse por aqueles objetos, bens e ideais, não só não é espontâneo, como é regido pelas necessidades de a criança continuar a poder ser amada ou, ao menos, evitar a hostilidade dos adultos que cuidam dela?

Mais do que isso, aqueles objetos, bens e ideais já são preconcebidos, e quando a criança volta o seu interesse para eles não o faz, ou quase nunca o faz, por uma reflexão autônoma. Assim, na transmissão da cultura para as gerações mais jovens, já são transmitidos preconceitos: idéias que devem ser assumidas como próprias sem que se possa pensar na sua racionalidade e na consequente adesão ou não a elas.

Mais do que as diferenças individuais, o que leva o indivíduo a desenvolver preconceitos, ou não, é a possibilidade de ter experiências e refletir sobre si mesmo e sobre os outros nas relações sociais, facilitadas ou dificultadas pelas diversas instâncias sociais, presentes no processo de socialização. A qualidade da ação dessas instâncias – família, escola, meios de comunicação de massa – se refere a como elas tratam com os tateios infantis e as fantasias a eles associadas no conhecimento do mundo.

Ao dizermos que o preconceito é um tipo de valor que atribuímos aos objetos que se constituem nas suas vítimas, recaímos necessariamente na esfera da moral. E, de fato, o valor, em conjunto com o afeto, é o que nos predispõe ao preconceito. Quando dizemos que algo é bom ou mau, sem que esse juízo seja espontâneo (mesmo que possa apresentar espontaneidade) ou sem que reflitamos sobre a sua racionalidade explicitando a sua validade quer para o indivíduo, quer para a sociedade (mesmo que possa apresentar uma aparente racionalidade) estamos sendo preconceituosos. Exemplifiquemos. O ódio aos judeus durante o nazismo pode parecer espontâneo, imediato, mas é produto de diversos fatores: ideológicos, econômicos,

psíquicos, religiosos etc. Desse modo, aquele ódio não era imediato, mas nem por isso era fruto da experiência e da reflexão. Ainda durante o nazismo, a explicação dada, de que o judeu queria dominar astutamente os povos, escondia o próprio desejo dessa dominação por aqueles que o acusavam. Assim, tal explicação, embora procurasse fatos objetivos que a sustentassem, serviu para ocultar os próprios desejos dos perseguidores e, como ideologia, serviu para justificar a agressão<sup>7</sup>. Dessa forma, aquilo que aparenta racionalidade não é necessariamente racional.

### *Tabus e predicados*

Não vemos a pessoa que é objeto de preconceito a partir dos diversos predicados que possui, mas reduzimos esses diversos predicados ao nome que não permite a nomeação: judeu, negro, louco etc. Uma pessoa que é portadora do vírus da Aids, no entanto, não é somente portadora do vírus, mas é, também, homem ou mulher, adulto ou criança, branca ou negra, pobre ou rica, sensível ou insensível, bonita ou feia, culta ou inculta, religiosa ou atéia, viciada em tóxicos ou não, amistosa ou hostil, trabalhadora ou proprietária, casada ou solteira, com ou sem filhos, homossexual ou heterossexual, pacífica ou agressiva etc. Embora algumas dessas dicotomias tenham alternativas, o que se quer dar ênfase é que, independentemente das inúmeras características que a pessoa vítima do preconceito possua, a que passa a caracterizá-la é o termo que designa o preconceito.

A essa particularidade que assume a característica preponderante da vítima do preconceito são associados outros atributos fixos que se constituem em estereótipos. Assim, a pessoa portadora da Síndrome de Down é percebida dentro de um estereótipo como: insociável, incapaz de aprender algo além de coisas elementares, inapta a desenvolver sentimentos como os outros, agressiva, ou por demais inofensiva, incapaz de controlar os seus impulsos, incapaz de simbolização etc.

<sup>7</sup> Cf. Horkheimer e Adorno (1986), em seu ensaio *Elementos do Anti-Semitism*.

O preconceito, de certa forma, funciona como um tabu; um fato que vivemos angustiosamente no passado, perpassado por nossa imaginação, que nos coloca de sobreaviso sempre que algo ou alguém nos remete a ele. O predicado aciona o alarme para que a defesa surja frente à angústia. Como tabu, envolve um ritual: o de termos sempre as mesmas reações estereotipadas. Os estereótipos formados pelos predicados compõem o tabu frente ao objeto, em conjunto com aquela angústia.

São diversos os exemplos históricos que apontam para esses tabus no passado, alguns dos quais foram desmistificados. Se a mulher, ainda no início do século XX, era considerada de inteligência inferior ao homem, atualmente quem faz essa afirmativa, de fato, tem os olhos vendados à realidade.

Os estereótipos são proporcionados pela cultura e se mostram propícios à estereotipia do pensamento do indivíduo preconceituoso, fortalecendo o preconceito e servindo para a sua justificativa; sua base individual são mecanismos psíquicos que levam a perceber a realidade de forma primitiva.

### *Estereótipo e preconceito*

Conforme aludimos no tópico anterior, o estereótipo não se confunde com o preconceito, mas é um de seus elementos. Esse último, como dito antes, é uma reação individual, enquanto o primeiro é, predominantemente, um produto cultural, mas que se relaciona diretamente com mecanismos psíquicos infantis.

Freud (1986), ao descrever o desenvolvimento da diferenciação eu-mundo no indivíduo, mostra que, no início dessa diferenciação, o bebê considera seu mundo interno aquilo que lhe dá prazer e projeta sobre o mundo externo aquilo que lhe é desagradável. Como demonstra o autor, a experiência dada pela relação com os outros corrige essa percepção inicial distorcida. Como ele mesmo atesta, contudo, no caso da mente humana, aquilo que se viveu no passado é preservado

no eu que se diferencia. Assim, esse mecanismo – que objetiva dicotomizar o mundo em bom e mau e incluir o indivíduo naquilo que é bom – é antigo na esfera individual e pode surgir sempre que o indivíduo se encontrar em uma situação de ameaça.

O preconceito diz respeito a um mecanismo desenvolvido pelo indivíduo para poder se defender de ameaças imaginárias, e assim é um falseamento da realidade, que o indivíduo foi impedido de enxergar e que contém elementos que ele gostaria de ter para si, mas se vê obrigado a não ter; quanto maior o desejo de poder se identificar com a pessoa vítima do preconceito, mais esse tem de ser fortalecido. Dessa forma, o preconceito contra o homossexual pode guardar o desejo negado da homossexualidade, e quanto mais esse desejo se aproxima da consciência, mais a aversão e o ódio ao homossexual aumentam.

Já os estereótipos são produzidos e fomentados por uma cultura que pede definições precisas, por meio de suas diversas agências: família, escola, meios de comunicação de massa etc., nas quais a dúvida, como inimiga da ação, deve ser eliminada do pensamento e a certeza, perante a eficácia da ação, deve tomar o lugar da verdade que aquela ação aponta: o controle, quer da natureza, quer dos homens, para melhor poder administrá-los.

No momento em que se valoriza a produção que envolve a ação eficiente quer sobre as coisas, quer sobre os homens, e que se elege o indivíduo competente como o modelo a ser seguido, a produção, material e espiritual, toma o lugar da reflexão, pedindo ações cuja racionalidade está circunscrita à esfera do trabalho e já foi, em grande parte, deliberada anteriormente, deixando pouco para ser pensado. Nessa esfera, a dúvida - a suspensão da decisão – não é bem acolhida e é considerada obstáculo à produção e manifestação de despreparo do trabalhador, independentemente de seu nível de ocupação.

A obrigatoriedade da certeza traz a necessidade de respostas rápidas, calcadas em esquemas anteriores, que se repetem independentemente das tarefas às quais se destinam, gerando estereotipia nas ações e nos procedimentos. À medida que a tecnologia se sofistica e

SL

MKY

o homem deve se adaptar às modificações que ela acarreta, maior é a necessidade da padronização do comportamento do trabalhador, uma vez que, cada vez mais, ele passa a ter menos autonomia e responsabilidade frente ao produto final. A mecanização dos gestos apresentada no filme *Os Tempos Modernos*, de Chaplin, se aplica bem ao pensamento necessário para a adaptação ao mundo do trabalho atual.

Como, em um contexto competitivo, quase toda a educação se volta para o desenvolvimento das competências necessárias para o mundo do trabalho, e como cada vez mais a racionalidade ligada àquele se expande para as outras esferas da vida<sup>8</sup>, sobretudo a do lazer (progressivamente mais e mais organizado), é cada vez menor a probabilidade de a dúvida surgir e, portanto, da reflexão emergir; quando essa surge, é por meio de alternativas de ação ligadas à mesma racionalidade que a impede. Por exemplo, quando temos de decidir sobre qual marca de objeto comprar, ou qual profissão escolher, utilizamos o comportamento economicamente racional calcado na fórmula custos/benefícios, mas não nos perguntamos se necessitamos de tal objeto, ou se, com as condições técnicas desenvolvidas e com a riqueza acumulada pela nossa civilização, ainda precisaríamos trabalhar na intensidade e na forma com que trabalhamos.

Além de o mundo do trabalho e demais esferas sociais, por sua forma de organização, exigirem respostas rápidas, outro motivo que contribui para que a reflexão seja imediata e, assim, pouco refletida é que se requer do indivíduo, nos dias de hoje, que se posicione a respeito de quase tudo, posto que a ignorância é considerada menos a ausência de um saber que pede por ele, do que uma falha na formação do indivíduo. Isso o leva a ter de se valer de mecanismos rápidos que configurem o novo à luz dos esquemas ordenadores já prontos e, com isso, a experiência é impossibilitada.

Outro fator que contribui para a utilização de estereótipos é o de que, como o valor do “eu” no mercado invade os processos psíquicos mais profundos, o indivíduo passa a ter de lutar pelas suas idéias, ou

<sup>8</sup> Cf. Habermas (1983).

melhor, pelo ideário a que adere, não somente pela racionalidade, mas como defesa de si mesmo. Alguém, numa discussão, não abre mão de seus pontos de vista, não necessariamente porque ainda pensa que eles sejam melhores do que os dos outros, mas porque, se o fizer, pode se considerar ou ser considerado frágil<sup>9</sup>. Obviamente, esse fator assume pesos diferentes se a discussão se dá no terreno profissional ou pessoal, e é dependente daquilo que se está discutindo, mas, no limite, o que passa a estar em jogo é menos a verdade daquilo que se discute, do que a auto-estima do debatedor ou a manutenção de seu emprego.

De outro lado, a indústria cultural dá os clichês que permitem ao indivíduo não ter de enfrentar a ansiedade presente na reflexão e na experiência. Assim, aquilo que se discute não provém imediatamente dos indivíduos, mas da experiência já categorizada e previamente valorizada. O pensamento por meio de clichês – que fragmenta o mundo em bom e mau, perfeito e imperfeito, útil e inútil – provém da própria realidade que se organiza de forma binária, classificatória, esquemática, ou seja, da mesma forma que o funcionamento dos processos de produção. Se o ideal de indivíduo no Iluminismo incluía a autonomia da razão, ou seja, a possibilidade de se pensar por si mesmo, hoje, o pensamento se reduz à constatação de fatos pré-moldados e à escolha do mal menor.

Mas a dúvida e o pensamento nem sempre foram considerados inimigos da ação, pois, ao menos na modernidade, a primeira surgiu como a possibilidade do segundo; Descartes por meio dela funda o eu pensante; Hamlet hesita em cumprir o seu destino; e o movimento iluminista aponta para o pensamento como a possibilidade de o indivíduo e a humanidade saírem do estado de menoridade no qual ainda se encontram, o qual é responsável tanto pela construção dos estereótipos quanto dos preconceitos. Mas se historicamente estamos abandonando os instrumentos que permitiram a libertação individual e social e privilegiando os elementos irracionais – a força, a agressão,

<sup>9</sup> Cf. Adorno (1973), o ensaio *Notas Marginais sobre Teoria e Práxis*.

a competição, o consumo de bens desnecessários –, isso significa que o progresso convive com a regressão.

Em outras palavras, aprendemos a desenvolver um tipo de pensamento que exclui a reflexão sobre outras possibilidades de vida, o que o torna re-acionário, isto é, repetitivo quanto aos seus procedimentos, deixando de lado a reflexão sobre os objetos para os quais ele se destina. Assim, a estereotipia do pensamento não diz respeito somente aos conteúdos que envolve, mas também à forma de pensar que nos é exigida. Se uma das características do preconceito é a fixidez das mesmas reações de repúdio ao objeto, o pensamento estereotipado, que utilizamos por motivos diversos em diferentes esferas do cotidiano, não deixa de se caracterizar pela fixidez de procedimentos que são aplicados indistintamente a qualquer objeto e, assim, não deixa de contribuir para a formação do preconceito.

### *Os conteúdos dos estereótipos*

Conforme foi dito, os conteúdos dos estereótipos que servem ao preconceito não surgem do nada e têm sua função social e individual. Nos dias de hoje, devemos nos defrontar com diversos tipos de conhecimento, precisamos explicar muitos fenômenos e, assim, a categorização de vários objetos dentro de uma mesma classe e o estabelecimento das leis que regem os seus movimentos permitem-nos a economia de esforços quando nos defrontamos com um dos objetos daquela categoria, por não termos de pensar novamente sobre ele. De outro lado, é a especificidade do objeto que permite o reconhecimento da sua singularidade, mas para aqueles que se sentem ameaçados enquanto indivíduos, esse reconhecimento gera ansiedade e, por isso, a evitam por meio dos estereótipos.

Considera-se, por exemplo, que os criminosos devem ser inteiramente responsabilizados por seus atos – e o são –, mas as explicações dadas para o crime, em geral, baseiam-se na história individual do criminoso, apontando-se para a sua infância irregular, para as suas deformidades de caráter, sem que as condições sociais, que também

são responsáveis pelo crime, sejam realçadas. O estereótipo do criminoso como um indivíduo de alta periculosidade, intratável, mau-caráter, auxilia na caracterização que o indivíduo “saudável” deve ter, e contribui para saber como agir quando se defrontar com aquele, ao mesmo tempo em que impede sua identificação com ele. Quanto mais distintos julgarmos que somos dele, mais protegidos nos sentiremos dos impulsos hostis que nos pertencem. Nesse sentido, os estereótipos evitam termos de pensar como as condições sociais nas quais vivemos e que fortalecemos contribuem para o crime, e o quanto nós próprios, nessas condições, poderíamos cometê-lo. Em outras palavras, evitam a reflexão sobre o mundo social e sobre nós mesmos.

Mas os conteúdos transmitidos por meio dos estereótipos são frutos, também, de um mecanismo social que visa a manter o *status quo*. Desde os tempos primitivos da civilização<sup>10</sup>, os homens tentam explicar o mundo quer o natural, quer o social, tendo como base a forma como organizam a sua vida, ou seja, pela divisão do trabalho. Assim, aqueles que executam os trabalhos ditos inferiores são considerados inferiores, e, de uma forma mais ampla, aqueles que se destinam ao trabalho são tidos como inferiores perante aqueles que comandam.

Que essa visão natural de algo que é social seja errônea pode ser visto nas diversas valorizações que o trabalho teve ao longo da história: na antiga Grécia o trabalho era desvalorizado, quem o fazia era o escravo; na modernidade todo homem livre deve produzir para contribuir com o crescimento social. No entanto, o estereótipo sobre o escravo não é o mesmo do trabalhador que não é proprietário, embora a obediência em relação ao senhor não seja menos obrigatória. O escravo não poderia se libertar de sua condição, independentemente de sua vontade e de sua competência; já o trabalhador que não “progide” na vida é percebido ou como não tendo vontade, ou não tendo competência para isso. Se o escravo não podia ter vontade própria, o trabalhador é visto como não a tendo, e, assim, o escravo era

<sup>10</sup> Cf. Durkheim (1978).

considerado inferior por natureza, e o trabalhador também o é, por não querer ser superior por natureza. Por deturparem a realidade, ocultando aquilo que gera a desigualdade, os estereótipos servem de justificativa para a dominação. Como tal, tornam natural uma situação de opressão.

A dominação – componente constante do preconceito – só pode ser entendida dentro de uma situação de subjugação real ou imaginária. Na subjugação real o preconceito e o estereótipo sancionam uma prática social, como é o caso das empregadas domésticas, que têm um tratamento de cidadão de segunda categoria. Já a subjugação imaginária surge quando é necessário julgar-se melhor do que os outros, compensando a própria fragilidade sentida, mas não admitida. Nesse último caso, a disposição que temos de fazer frente a uma realidade que nos obriga a competir uns com os outros, exige-nos que pareçamos fortes aos outros e principalmente a nós mesmos, daí o famoso slogan: *Se você não acredita em si mesmo, quem vai acreditar?*

*Numa cultura que privilegia a força, o preconceito prepara a ação da exclusão do mais frágil por aqueles que não podem viver a sua própria fragilidade.*

### A razão e o preconceito

Se o preconceito afirma uma realidade deturpada, o seu contrário, que serve para adjetivá-lo, deveria se pautar pela não deturpação. Para isso, seria necessário nos dirigirmos por aquilo que norteasse uma percepção da realidade verdadeira, mas não se precisaria pressupor que essa verdade fosse absoluta e, sim, que se revelasse ao longo do processo do desenvolvimento histórico, tal como tem se revelado no processo de autoconservação.

A realidade não pode ser reduzida às diversas representações que fazemos sobre ela, ou ainda, essas representações não podem ser colocadas no seu lugar. Essa redução legitimaria o conteúdo que o preconceituoso atribui à sua vítima, pois todas as representações se equivaleriam e não teríamos como contestar os (pré) juízos emitidos

pelo preconceituoso. Devemos, contudo, voltar a dar ênfase a que, se aquilo que pode ser pensado e representado sobre o objeto não se confunde com ele, tampouco é plenamente independente dele.

No nível político, essa questão não é ultimamente de menor importância. Veja-se, por exemplo, o paradoxo que as democracias modernas enfrentam: como democracias, devem permitir a expressão das mais diversas correntes políticas existentes, inclusive daquelas que são contrárias a elas, mas se essas tendências puderem atingir o poder político a própria democracia corre riscos. Certamente, para a democracia, um partido político de intenções fascistas não tem o mesmo significado de um partido democrata. Claro que com isso não estamos defendendo a perseguição ou a repressão de ideários contrários à democracia, posto que isso não parece resolver a questão, e sim extremá-la, mas apontar que esse mesmo paradoxo indica a irracionalidade presente na cultura expressada por uma parcela de seus membros.

Mas se a percepção do sujeito não pode predominar sobre a realidade do objeto, ela também não pode ser eliminada, pois caso contrário a subjetividade que marca o indivíduo seria negada naquilo que tem de verdade; contrapostos à realidade tida como objetiva, ou seja, independente do sujeito, os interesses humanos seriam considerados arbitrários ou meros reflexos da objetividade perpetuados por mecanismos reprodutivos, alguns dos quais explicitados no item anterior.

Aqui devemos dizer algumas palavras sobre um uso indevido do termo preconceito na sua relação com a experiência. É comum a recomendação que experimentemos novas técnicas, leiamos determinados livros, façamos o mapa astral, consultemos tarólogos, procuremos benzedeiras, sem nenhum preconceito, e que a pessoa que vocifera contra essas experiências é considerada preconceituosa. Como salientamos, contudo, a subjetividade do indivíduo presente na percepção do objeto, que se constitui por experiências passadas e juízos formados, não deve ser anulada, mas, sim, utilizada para que o

indivíduo julgue, por si próprio, a racionalidade de determinadas opções de nossa cultura. Essa possibilidade de reflexão já se constitui em um forte impedimento a que o indivíduo se associe a ideários que se voltem, inclusive, contra os seus próprios interesses racionais. De outro lado, nem todas as experiências são dignas de ser vividas, pois, no extremo, não querer participar de uma guerra não é um preconceito contra ela, mas um juízo adequado ao principal interesse individual: a autoconservação.

Assim, aquilo que se busca para contrapor ao preconceito e ao pensar estereotipado são a polaridade e a tensão perdidas entre sujeito e objeto, as quais permitiriam a contraposição à paralisia do movimento dos afetos e dos pensamentos dirigidos ao objeto, que paralisam principalmente o sujeito.

Dentro do relativismo, a explicação preconceituosa tem o mesmo valor de sua negação e, assim, as justificativas para se agredir o mais frágil podem ser defendidas tanto quanto as justificativas para não fazê-lo. Nesse sentido, a liberdade dos pontos de vista não liberta o pensamento e já pode estar nos remetendo a indivíduos com predisposição ao preconceito, uma vez que no relativismo o objeto é percebido como o sujeito pode percebê-lo em função de suas características e necessidades, sem considerar as características do objeto e a sua própria objetividade como sujeito.

Esse movimento de independência do sujeito em relação ao objeto, do pensamento em relação à realidade, que leva à repetição dos mesmos procedimentos de pensar e à fixidez do conteúdo, não está ausente da lógica, da ciência e da técnica. Os argumentos lógicos presentes no preconceito e sua presença conjunta com a técnica em algumas ocasiões, como é o caso do nazismo, no qual uma cultura bastante desenvolvida tecnologicamente conviveu com atitudes preconceituosas que se tornaram normas culturais, obrigam-nos a pensar sobre essas atividades que se reduzem a uma série de relações fixas entre símbolos válidos para todos os objetos.

O paradoxo criado é o de que, se o preconceito é algo irracional, a forma de expressá-lo nem sempre o é, e, assim, devemos nos ater, inicialmente, tanto às explicações psicanalíticas sobre as modificações a que todos os indivíduos devem se submeter para poder pensar, quanto ao invólucro pretensamente racional que os preconceituosos dão às suas teses. Mais do que isso, devemos atentar, também, para a aceitação de suas teses meramente por trazerem uma organização formal – o que significa confundir a liberdade de expressão do pensamento (ainda que se trate de um falso pensamento) com a verdade do objeto, desde que ele apresente um formato aceito culturalmente. Ou seja, a liberdade de pensamento e de sua expressão não deve desobrigá-lo de se voltar para o seu objeto, caso contrário converter-se-ia em delírio que é a sua própria opressão.

Quando a razão não se limita a si mesma quer pela relação com o objeto, quer pela auto-reflexão, quando não pode se valer da experiência, ou é aprisionada por desejos inconscientes ou é anulada por si mesma. Em outras palavras, o antídoto do preconceito está na possibilidade de experimentar, sem ter a necessidade de se prevenir da experiência pela ansiedade que ela acarreta, assim como na possibilidade de refletir sobre si mesmo nos juízos formados por meio da experiência.

Mas o reverso da questão é que o preconceituoso não é suscetível à argumentação racional e, em diversos casos, tampouco à experiência, ou seja, se ele se vale de argumentações apresentadas de forma lógica, elas não lhe servem de contestação. Como apontaram simultaneamente Sartre, Horkheimer e Adorno, o preconceito é uma paixão.

### *Preconceito e pré-conceito*

O preconceito é um fenômeno conhecido há muito tempo, embora o seu objeto e o seu conceito tenham variado historicamente<sup>11</sup>. Assim, no passado significava o juízo fundado em experiências e em

decisões anteriores, mais à frente coincidia com as verdades inatas ou com a percepção preordenada aos fatos, que possibilitava o saber. Com o primado da razão e da experiência em conflito com os dogmas religiosos da Idade Média, os preconceitos foram adversários do conhecimento quer científico, quer filosófico, quer moral, sem que a necessidade de pré-conceitos pudesse ser eliminada da busca do conhecimento ou da orientação na vida cotidiana, pois os hábitos são fundamentais para se manter a vida e se adaptar às normas de convívio social.

Devemos dizer também que o movimento de nossa cultura de combater o medo ao desconhecido e o combate aos mitos que tentavam fazer frente àquele, ou seja, o movimento do esclarecimento se desenvolveu contra explicações consideradas fantasiosas. Assim, o movimento de nossa cultura não deixa de ser a luta contra a ignorância e contra o medo que ela suscita, mas, como veremos mais adiante, não é um movimento linear e não produz unicamente o saber, mas também o seu contrário.

Desta forma, é importante distinguir de início o preconceito do pré-conceito, sem deixar, no entanto, de relacioná-los.

Essa é outra dificuldade na conceituação do preconceito, uma vez que todo conceito só é possível por meio da experiência que envolve elementos preconcebidos. Ou seja, o processo de conceituação envolve pré-conceitos presentes na experimentação com o objeto a ser conceituado, pois não existe experiência pura. Assim, mesmo quando nos encontramos numa situação nova, temos de nos valer de experiências passadas que tornam o estranho familiar. Isto não significa que não possamos alterar estes pré-conceitos frente à nova experiência vivida, assim como não significa que o novo objeto não possa ser conceituado de forma distinta dos pré-conceitos, mas que essa possibilidade de modificação pode indicar maior ou menor predisposição ao preconceito.

O pré-conceito pode dizer respeito tanto às percepções, experiências ou conceitos já formulados, quanto às necessidades emocionais

<sup>11</sup> Cf. Horkheimer e Adorno (1971), o ensaio *Sobre os preconceitos*.

existentes antes da nova experiência. Isto significa que não há, *a priori*, a possibilidade de uma experiência ou de uma reflexão que de alguma forma não seja direcionada por aquilo que o indivíduo já era. Tanto o bebê com as suas sensações e necessidades, quanto o adulto com os seus hábitos, enfrentam a adaptação se confundindo, inicialmente, com as novas situações.

Como esses pré-conceitos são pré-requisitos para o conhecimento, isto é, para a conceituação, a sua ausência implicaria a anulação da experiência anterior do sujeito, ao mesmo tempo em que a sua predominância sobre aquilo que é experimentado anularia o objeto naquilo que esse aponta de distinto do já preconcebido. Quando o objeto é inteiramente reduzido ao já conhecido, o conceito não se modifica e nem tampouco o indivíduo que o porta; quando esses pré-conceitos estão ausentes na experiência, o objeto não pode ser compreendido.

Quem quer que leia este texto, já o faz com pré-conceitos sobre o preconceito preparados durante a vida; quando o leitor percebe que não encontra necessariamente o preconcebido, começa a se dar a distinção entre o leitor e o texto, ou seja, entre o indivíduo e o objeto. Nesta distinção entre ambos – os pré-conceitos e o objeto da experiência da leitura – surge a possibilidade da crítica à luz dos primeiros que modifica o próprio texto, enriquecendo-o; quando isso não ocorre, o texto é ou reproduzido ou deturpado. No primeiro caso – o da crítica –, o texto foi incorporado e refletido, fazendo com que o leitor se modifique, quer concorde ou não com o seu teor; no segundo caso – o da reprodução –, o texto não foi incorporado, posto que não foi refletido; e no terceiro caso – o da deturpação –, o texto só foi incorporado segundo as necessidades, quase nunca conscientes, do leitor, reduzindo-se a essas. O texto só pode dizer algo de novo ao leitor e, assim, proporcionar alterações em seus pré-conceitos se puder distinguí-los daquilo que se oferece. Para isso, é necessário entender não só o que o autor escreve, mas, também, o que pretende escrever, dado que linguagem e pensamento não são necessariamente coincidentes.

Se pudéssemos generalizar – e a generalização é sempre algo perigoso, pela eliminação de aspectos importantes de cada particular que é envolvido por ela, em si mesmo um elemento presente tanto no preconceito, quanto no conceito científico –, diríamos que o pré-conceito se transforma em preconceito, ou melhor, coincide com ele, quando é exercido da segunda ou terceira formas explicitadas no exemplo, ou seja, quando ele é eliminado da experiência com o objeto ou quando a sua presença é forte o suficiente para anular a experiência com o objeto.

Como veremos no próximo capítulo, esses dois tipos de reação estão presentes, embora separadamente, nos indivíduos com predisposição ao preconceito. Assim, de início, digamos que há algo, nos indivíduos predispostos ao preconceito, que impede que o pré-conceito possa ser um elemento relacionado, mas distinto daquilo que é experimentado na relação com o objeto, e que o pré-conceito é necessário para toda experiência e conhecimento. E, assim, conceituar o preconceito por meio dos pré-conceitos existentes implica em distinguir esses daquele, para que esses últimos não sejam reduzidos àquele. De outro lado, desconhecer os pré-conceitos é impedir o próprio conhecimento.

### ***Patologia e normalidade***

Jahoda e Ackerman (1969) definem o preconceito e o distinguem do pré-conceito de maneira um tanto diferente da esboçada acima:

*Preconceito (pré-conceito) é, em seu sentido etimológico amplo, o termo que se aplica às generalizações categóricas que, fundamentadas numa experiência incompleta dos fatos, não levam em conta as diferenças individuais. Todos nós prejulgamos continuamente, a respeito de muitos assuntos, e essas generalizações redundam em uma economia de esforço intelectual. Pois bem, o processo de formação de preconceitos encerra o perigo do pensar estereotipado; este*

*só se distingue daqueles por seu maior grau de rigidez. O pré-conceito aparece quando os fatos não estão ao nosso alcance, enquanto que no pensar estereotipado os fatos não contam, mesmo quando os tenhamos à mão* (p. 26).

Ou seja, o pré-conceito é uma generalização com base em experiências incompletas que permite não ter de repensar as situações similares àquelas já vividas; representa uma economia de esforços intelectuais. Os próprios autores, no entanto, não mencionam que no preconceito a experiência direta com o objeto nem sempre é necessária, assim como é, por vezes, inútil para alterá-lo.

Tanto a fixação de um mecanismo cognitivo, dada pela ausência da necessidade de reflexão, quanto uma forma predisposta a agir repetitivamente frente a novos objetos apontam para a automatização; perde-se a possibilidade de entrar em contato com o novo e de se modificar frente a essa experiência; o pensamento se torna rígido e a espontaneidade é limitada.

O preconceito é considerado por eles um pré-julgamento que predispõe o indivíduo a ter atitudes frente ao objeto em questão, e esse pré-julgamento, por sua vez, é determinado pela relação entre o indivíduo e aquilo que a cultura lhe oferece para se expressar e ser expressada por ele. Surge uma questão: até que ponto podemos julgar de forma semelhante os comportamentos automatizados, necessários para o trabalho e para as outras relações sociais, e aqueles que levam alguns indivíduos a agredir outros devido a necessidades psíquicas não racionais?

A distinção entre pré-conceito e preconceito, dada pelos autores citados, não nos permite responder a essa questão, pois é dirigida para as características individuais do preconceituoso, ou seja, é o pensamento enrijecido por necessidades psíquicas que impede de se pensar novos dados que o alterem. Assim, contrariamente ao que estamos desenvolvendo, o indivíduo tende a ser julgado por esses autores como tendo uma verdade própria independente da sua relação com a sociedade – essa pode fornecer elementos ou facilitar

comportamentos preconceituosos, mas a explicação última é localizada no indivíduo. Isto se evidencia melhor no seguinte trecho:

*Em sua acepção mais restrita o “preconceito” deve ser distinguido do pré-conceito e do pensar estereotipado. Representa uma subcategoria do pré-conceito, apóia-se no pensar estereotipado, sem confundir-se com um ou com outro. Do ponto de vista psicológico, o preconceito é... uma atitude de hostilidade nas relações interpessoais, dirigida contra um grupo inteiro ou contra os indivíduos pertencentes a ele, e que preenche uma função irracional definida dentro da personalidade* (p. 26-27).

Essa distinção torna mais visível a crítica que fizemos a esses autores, pois, embora diferenciem, sem desvincular, o preconceito do pré-conceito, isentam de críticas a relação entre ambos. Já o pensamento de Adorno (1969) se aproxima mais daquilo que desenvolvemos até aqui sobre o preconceito:

*Para estudar a gênese de tais opiniões consolidadas (perturbadas) – e a gênese coincide com sua patogênese – tem de se ir além da psicologia. A formulação de uma opinião, sua mera enunciação de que algo seja de tal maneira, contém potencialmente fixações, coisificações, antes que entrem em jogo os mecanismos psicológicos que transformam a opinião em um fetiche* (p. 140-141).

Ou seja, o pensar estereotipado encontra elementos que o constituem na cultura e, assim, o preconceito, como estamos até aqui argumentando, não pode ser somente atribuído ao indivíduo. Se Adorno (1986a) mostra que, na atualidade, indivíduo e sociedade estão isolados um do outro, cada um desenvolvendo uma forma de movimento específico que impede entendê-los pela mesma lógica, ele não deixa de tentar relacioná-los. Além disso, mostra esse autor que, no momento, as explicações sociológicas têm primazia sobre as psicológicas no entendimento do comportamento do indivíduo, e se esse regride,

o faz em nome das exigências sociais: “Na verdade, são mobilizados seletivamente aqueles mecanismos de defesa infantis que, segundo a situação histórica, melhor encaixam no esquema dos conflitos sociais do eu... Não existe uma ‘personalidade neurótica de nosso tempo’...e, sim, que a situação objetiva encaminha a regressões” (p. 66).

O indivíduo é levado a se defender dos conflitos sociais existentes no processo de adaptação, os quais variam historicamente; se isso acarreta regressões individuais, essas não podem ser entendidas apenas na esfera individual. Tal como aquilo que é expressado por alguém não pode ser entendido unicamente em seu sentido psíquico e nem se confunde com a ideologia, o preconceito não se reduz a preencher uma “função irracional da personalidade”, como afirmam Jahoda e Ackerman.

Como mostra Adorno (1986a), atitudes irrationais, entre elas o preconceito, aproximam-se do comportamento economicamente racional responsável pela autoconservação individual, o que significa que aquelas se dão em função dessa, e, assim, enquanto o indivíduo não se sentir seguro quanto às suas possibilidades de viver uma vida digna, precisará desenvolver mecanismos psíquicos que iludam constantemente a sua real impotência frente à atual organização social. Em outras palavras, uma sociedade que se sustenta pela ameaça da exclusão, ainda que velada, daqueles que não seguem os seus ditames, sem que esses correspondam às necessidades individuais racionais, e sem que lhes proporcione uma vida sem ameaças, gera continuamente a necessidade do estabelecimento de preconceitos como forma de defesa individual.

O limiar entre o comportamento patológico e o comportamento considerado normal é baixo, particularmente porque a patologia expressa a verdade da normalidade e essa, por sua vez, relaciona-se com a cultura tanto em sua concepção estatística, quanto em sua concepção psíquica. Na concepção estatística estão presentes os comportamentos da maioria da população, que revelam aquilo que é exigido do indivíduo para a adaptação; na concepção psíquica estão

presentes os elementos que propiciam a noção de ideal de indivíduo. Se, nessa última concepção, a determinação dos fatores sociais pode estar oculta, ela não deixa de trazer a possibilidade de conflito com a outra concepção e elementos para se pensar a rationalidade da cultura.

Isto pode ser evidenciado pela análise que Adorno (1986a) faz do ideal freudiano de homem, representado pelo equilíbrio entre as três instâncias psíquicas. Esse ideal é visto por Adorno como ideológico, pois não se pode pensar um indivíduo harmônico numa sociedade desarmônica. Porém, no seu trabalho em conjunto com outros pesquisadores sobre a personalidade autoritária, esse ideal é colocado como parâmetro de estudos para situar a personalidade fascista e como algo que ainda indica a possibilidade de conflito e de alguma autonomia individual. Conflito e autonomia que se encaminham para o seu fim, segundo esse autor e Horkheimer, uma vez que a sociedade de cada vez menos precisa de elementos que medeiem a sua relação com os indivíduos:

*A psicanálise apresentou a pequena empresa interior que assim se constituiu como uma dinâmica complicada do inconsciente e do consciente, do id, eu e supereu. No conflito com o supereu, a instância de controle social no indivíduo, o eu mantém as pulsões dentro dos limites da autoconservação. As zonas de atrito são grandes e as neuroses, os faux frais dessa economia pulsional, são inevitáveis. Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia do mercado. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada (Horkheimer e Adorno, 1986, p. 189).*

Nesse sentido, o ideal de homem freudiano se aplicava melhor aos indivíduos do século XIX, que viviam em uma sociedade de economia liberal, do que à configuração exigida por uma sociedade altamente centralizada e regulamentada, tal como a existente. Esse ideal, no entanto, é útil para se entender as modificações que a estruturação

do indivíduo vem sofrendo face àquela modificação social. Assim, a pesquisa de Adorno et al. (1950) pôde evidenciar a constituição de personalidades com predisposição ao preconceito e aquelas livres dele, utilizando para isso uma tipologia calcada no ideal freudiano, e relacioná-las com as mudanças sociais ocorridas em diversas instâncias.

Não é casual que o fenômeno do preconceito passe a ser entendido como fruto de necessidades psíquicas a partir do século XX, conforme veremos no próximo capítulo, pois, no momento em que a sociedade passa a se tornar cada vez mais independente de seus membros e a prescindir de uma participação política efetiva, a responsabilidade sobre os atos individuais recai sobre o indivíduo. Isto não deixa de ter o seu lado progressivo, naquilo que aponta para a autonomia individual, mas também é regressivo, pois o indivíduo é considerado, cada vez mais, como tendo uma verdade própria, ou seja, com leis imanentes ao seu desenvolvimento, que permitiriam entendê-lo independentemente das leis sociais, o que contribui para a cisão entre indivíduo e sociedade. Se, conforme vimos, o indivíduo não pode ser indiferenciado da cultura, ele não pode tampouco ser considerado independente dela.

O paradoxo é o de que quanto mais se remete para o indivíduo a explicação de seus atos, menos ele tem condições objetivas de existir, uma vez que a possibilidade de decidir sobre a sua própria vida diminuiu do século XIX até os nossos dias, em função das mudanças políticas e econômicas ocorridas. Dessa forma, o único critério para se distinguir o normal do patológico é dado por aquilo que a cultura exige, a cada momento, de seus membros e pelas respostas desses a essas exigências.

Jahoda e Ackerman (1969) também apontam para a cultura na formação do preconceito. Dizem esses autores que os estereótipos culturais e a competição acirrada entre os indivíduos, assim como o enfraquecimento da ética e da religião, são fatores que propiciam o surgimento do fascismo. A imanência da presença da cultura na formação do preconceito, no entanto, não é visualizada.

### *Preconceitos culturais e ideologia*

Outro termo que pode ser utilizado para nomear o estereótipo é o de preconceitos culturais. Fornecidos por vezes pela ciência, fazem parte da ideologia, cujo conceito, embora seja amplo e polêmico, para o nosso intento pode ser concebido como a justificativa para a dominação. Nessa definição, intencionalmente particularizada, inclui-se a dominação de determinadas classes sociais sobre outras, isto é, tal como pode ser derivada da teoria marxiana. Mas pretende-se ir além, abrangendo toda a dominação, incluindo a que se dá sobre a própria natureza. Desta forma, ideologia é para nós a tentativa de se justificar qualquer forma de dominação.

Nesse sentido, a ideologia é um produto cultural que encobre a dominação desnecessária para a autoconservação da humanidade e, como se exerce na forma de dominação (da consciência e da vontade humanas), contrapõe-se a uma consciência crítica que denuncia a cisão entre a forma pela qual os homens se organizam e as suas necessidades.

Assim, o preconceito oriundo da esfera cultural, expresso na ideologia, é a justificativa da dominação da cultura sobre o indivíduo em suas diversas figuras: a religião, a ciência, a filosofia, e se pudesse ser reduzido a uma frase, poderia se dizer que é um elemento que conforma o indivíduo à cultura, o que seria a expressão de uma sociedade totalitária. Toda cultura que exija sacrifícios individuais para a sua manutenção, quando ela própria não se dirige para o bem-estar de seus indivíduos, e se estabeleça de forma independente dos interesses racionais de seus membros, encontra-se naquela definição, ou seja, necessita da ideologia para se perpetuar.

No entanto, como não pode se perpetuar sem a adesão dos indivíduos, ela se impõe de diversas formas a eles. Uma delas é aquela que a Psicanálise demonstrou como a responsável pela formação do supereu. Como dito, o indivíduo aprende aquilo que é considerado bom e que pode ser feito, e aquilo que é mau e não pode ser feito devido ao medo de perder a proteção de seus pais; ou seja, opera-se

uma transformação na forma de conduta individual que leva o indivíduo a assumir, como seus, valores que são de outrem. Evidentemente, a introjeção dos valores e ideais paternos não é feita de maneira a incorporá-los tais como são, mas numa forma que é mediada por desejos e fantasias da criança. Ainda assim, o próprio Freud (1986) alega que a constituição dos ideais dos filhos não é independente dos ideais dos pais.

Como esse processo ocorre inconscientemente, a razão não está presente para avaliar aquilo que foi introjetado, antes ocorre o oposto, ela tenta justificar aquilo que se incorporou não pela verdade que possa conter, mas pela necessidade de manter tais ideais e valores. Neste sentido, não seria demasiado herético supor que o supereu é fonte de preconceitos no nível individual, conforme foi esboçado páginas atrás. Veja-se a respeito as seguintes palavras de Marcuse:

*O princípio de realidade afirma-se através de uma contração do eu consciente, numa direção significativa: o desenvolvimento autônomo dos instintos é congelado, e o seu padrão fixa-se no nível da infância. A adesão a um status quo ante é implantada na estrutura instintiva. O indivíduo torna-se instintivamente re-acionário -tanto no sentido literal como no figurativo. Exerce contra si próprio, inconscientemente, uma severidade que, outrora, era adequada a um estágio infantil da sua evolução, mas que há muito tempo se tornou obsoleta, à luz das potencialidades racionais da maturidade (individual e social). O indivíduo pune-se (e, depois, é punido) por feitos que já foram anulados ou que já não são incompatíveis com a realidade civilizada, com o homem civilizado. (Marcuse, 1981., p.49)*

Neste sentido, a proposta da educação que visa, de alguma forma, à constituição do indivíduo, por meio da introjeção de valores ou ideais sem que eles possam ser refletidos, é favorável à criação de um mecanismo psíquico que o mantém num estágio infantil ou de menoridade social, tal qual Kant pôde expressar<sup>12</sup>, e assim favorece o desenvolvimento do preconceito.

<sup>12</sup> Cf. Kant (1992), em seu ensaio *Resposta à pergunta que é o Iluminismo*.

Sob a defesa dos valores introjetados de forma irracional se encontram, simultaneamente, o medo e a necessidade da autoridade: medo frente à punição; necessidade devida ao sentimento de desamparo, de fragilidade. Não é casual que o preconceito, em geral, se volte contra o mais frágil e que o objeto do preconceito, por vezes, intrejete a debilidade que lhe imputam.

### *Ciência e preconceito*

A distinção entre o significado psíquico que tem uma afirmação de um indivíduo, que se expressa segundo a psicanálise como racionalização, e a verdade ou falsidade de seu conteúdo deve ser feita, segundo Adorno (1986a), para que a verdade psíquica não seja reduzida à verdade social, e vice-versa. Mas essa distância entre as duas verdades e o seu próprio fracionamento não são percebidos pelo indivíduo preconceituoso, nem pelas ciências especialistas que estudam os seus objetos independentemente da relação que possam ter com outros domínios.

Como o preconceituoso, em geral, é avesso à subjetividade, conforme demonstram as pesquisas, ele julga não falar só em seu nome, mas no de uma coletividade a qual representa, ou melhor, com a qual se confunde. Aqueles com os quais se identifica e aqueles para os quais se propaga a identificação formam um conjunto coeso assemelhado com o bem; os que são excluídos desse conjunto são os inimigos. O que caracteriza uns e outros são elementos culturais que, antes de poderem expressar a diversidade como universalidade, expressam uma hierarquia do fraco e do forte, do bem e do mal-adaptado, do pior e do melhor.

A classificação que estamos acostumados a fazer com os objetos é extrapolada para as pessoas e isso só é possível quando essas são consideradas como coisas a serem manipuladas. O que pode ser desejável no domínio das coisas é reificador no reino humano. Mas isso nos faz pensar que as ciências sociais e humanas, quando se valem

dos mesmos métodos que as ciências da natureza, não se utilizam de um mecanismo distinto do preconceituoso; como o seu objeto é tratado de forma similar aos outros, esse deve se adaptar às grandes categorias para ele preparadas. Neste processo, não deixa de haver a predominância do olhar do sujeito sobre o seu objeto, da mesma forma que no preconceito. Essa afirmação, contudo, é menos uma crítica à utilização de modelos experimentais próprios às ciências naturais, e mais uma constatação de que, se isso é feito, é também porque o homem se reduziu a um ser natural. Nem por isso, no entanto, a ciência deve deixar de ser criticada. Ela própria não é necessariamente isenta dos mecanismos formais dos preconceitos: “A ciência é repetição, aprimorada como regularidade observada e conservada em estereótipos... Com seu triunfo, as manifestações humanas tornam-se ao mesmo tempo controláveis e compulsivas. Da assimilação à natureza resta apenas o enrijecimento compulsivo.” (Horkheimer e Adorno, 1986, p.169).

Como a Psicologia bem conhece, a ontogênese recapitula a filogênese em alguns de seus aspectos fundamentais de desenvolvimento. Assim como a cultura se constrói superando estágios anteriores mais próximos à natureza ameaçadora da qual se quer distinguir e que deseja controlar, também o indivíduo, ao se diferenciar sob a coação da cultura, abandona a sua natureza, dominando-a. Como boa parte da filosofia ocidental apontou, as paixões são adversárias do conhecimento, devem ser dominadas para que aquele possa se dar e, assim, o controle da natureza externa envolve também o controle da natureza interna. Mas se aquilo que é abandonado não pode ser pensado e compensado, ele retorna se contrapondo ao domínio que sobre ele se exerce. Não é casual que tanto no nível da cultura como no nível individual existam tentativas de se esquecer os primórdios como sendo um passado que devemos negar, por nos lembrar uma época na qual a nossa fragilidade foi experimentada como um período de limitação demasiada frente às necessidades de autoconservação, ou seja, por nos lembrar o medo frente à supremacia do destino, que se coloca nas ameaças provindas da *natureza*: “A duplicação da natureza como aparência e essência, ação e força, que torna possível tanto o

mito quanto a ciência, provém do medo do homem, cuja expressão se converte na explicação” (Horkheimer e Adorno, 1986, p. 29).

Horkheimer e Adorno (1986) mostram a que as explicações mitológicas, científicas, filosóficas, éticas e religiosas visam responder, assim como o que as perguntas inúmeras vezes repetidas das crianças tentam esconder: o medo frente ao destino, que no início da cultura se expressava como uma natureza ameaçadora e que no início da vida individual é representado por uma cultura constituída que mantém a ameaça da natureza à qual se propõe substituir. Neste mesmo sentido, Freud (1986) mostra que no nível do desenvolvimento individual, as ilusões, ou seja, a deturpação da percepção da realidade visam a diminuir o sentimento de desamparo.

Se a cultura e o indivíduo reagem de forma primitiva às ameaças reais ou imaginárias, não é inusitado dizer que mais do que engendrar o preconceito no indivíduo, a cultura cria os seus próprios, e os indivíduos os introjetam. Isto tem ao menos uma dupla significação: 1- os preconceitos culturais não estão presentes somente na religião, na filosofia e na ética como indicava Freud, mas também na ciência; não são externos a ela, mas imanentes; 2- a necessidade da produção do preconceito pela cultura se localiza no passado que precisa ser re-elaborado, posto que a ameaça inicial à qual tenta responder já pode ser enfrentada sem que a sobrevivência se coloque em risco.

Desde já é importante esclarecer que não se trata de afirmar que o conceito que prepara a ciência não possa ser liberado do preconceito e que, se há fatores comuns entre o desenvolvimento da cultura e o do indivíduo, as distinções que os marcam não são desprezíveis. A primeira incompreensão poderia nos remeter ao relativismo, igualando todas as teorias devido a sua fonte comum; a segunda anularia um dos propósitos essenciais de nossa cultura: o conceito e a possibilidade do indivíduo existir como distinto da cultura, ou seja, com identidade<sup>13</sup> própria.

<sup>13</sup> Quando nos referimos à identidade do indivíduo não queremos aludir à lógica da identidade, mas ao conjunto de identificações que configuram um eu. Se essa identidade se torna algo perene, não deixa de sofrer modificações importantes ao longo da vida.

## Razão e desejos

A luta do Iluminismo contra os dogmas religiosos da Idade Média já era uma luta contra explicações preconcebidas; se não podemos aproximar diretamente esses dogmas do preconceito, é difícil não aproximar o dogmatismo religioso do fanatismo presente em movimentos preconceituosos. Kant (1992), por exemplo, volta-se antes contra o medo que é incutido naqueles que não pensam por si mesmos, do que para as possíveis verdades religiosas contidas nos dogmas:

*Porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e também muito perigosa é que os tutores de boa vontade tomaram a seu cargo a superintendência deles. Depois de, primeiro, terem embrutecido os seus animais domésticos e evitado cuidadosamente que estas criaturas pacíficas ousassem dar um passo para fora da carroça em que as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça, se tentarem andar sozinhas (p. 12).*

Os preconceitos, segundo Kant (1992) – e ele utilizava esse termo –, são incutidos nos homens, que são impedidos e se impedem de pensar por si próprios. O movimento que esse pensador faz, no entanto, deve ser examinado com cuidado, pois se, por um lado, ele se volta contra os dogmas, por outro lado, não defende que a realidade não possa ser entendida e que idéias sem relação imediata com o empírico não possam ser pensadas, ou seja, não pode ser considerado como relativista; mais do que isso, ele delimita o próprio uso da razão e marca os seus limites para que a mesma não se torne dogmática, um componente do fanatismo.

Se a experiência e a razão são para Kant (1991) fundamentais para o conhecimento, o preconceito é o seu maior obstáculo. Sem que possa se confundir com um pré-julgamento (pré-conceito) das categorias *a priori* que penetram no objeto, ele é o seu substituto. A verdadeira revolução capaz de extinguir o preconceito é a possibilidade da autonomia da razão, pois:

*Por meio de uma revolução poderá talvez levar-se a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar. Novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento (Kant, 1992, p. 13).*

A consciência da liberdade deve anteceder a verdadeira liberdade e essa se encontra na autonomia da razão, segundo esse autor. Apesar das diversas críticas que podem surgir ao se dar a primazia à razão para o surgimento da liberdade, Kant (1992) já contrapunha a possibilidade de um confronto entre o conceito, permitido pela razão, e o seu oponente – o preconceito – relacionado com a ausência daquela. Mas, como dissemos anteriormente, as explicações racionais e assim o próprio uso da razão nos remetem para além de sua justificativa imediata: a necessidade de autoconservação. O próprio Kant (1991) aponta para isso ao dizer da necessidade interna de a razão responder questões distantes do mundo empírico: a existência de Deus, a imortalidade da alma e a liberdade. Mais do que isso, remete à razão para a realização da natureza humana, *a priori* conflituosa:

*O homem tem uma inclinação para entrar em sociedade, porque em semelhante estado se sente mais como homem, isto é, sente o desenvolvimento das suas disposições naturais. Mas tem também uma grande propensão a isolarse, porque depara ao mesmo tempo em si com a propriedade insocial de querer dispor de tudo ao seu gosto e, por conseguinte, espera resistência de todos os lados, tal como sabe por si mesmo que, da sua parte, sente inclinação para exercitar a resistência contra os outros. Ora, é esta resistência que desperta todas as forças do homem e o induz a vencer a inclinação para a preguiça e, movido pela ânsia das honras, do poder ou da posse, para obter uma posição entre os seus congêneres, que ele não pode suportar, mas de que também não pode prescindir (Kant, 1992, p. 25-26).*

A cultura se constrói a partir de motivos humanos egoístas e, se Kant pôde apontar para as instâncias que no evoluir da cultura permitiram relações racionais entre os homens, Freud (1986) mostrou os limites que encontram os ideais, mesmo os racionais, devido mesmo ao sacrifício imposto aos desejos que não podem ser satisfeitos na e pela cultura:

*Tenho me empenhado em afastar de mim o preconceito entusiasta de que a nossa cultura seria o mais precioso que possuímos ou poderíamos adquirir, e que o seu caminho nos conduziria necessariamente a alturas de insuspeitada perfeição... Minha neutralidade se vê facilitada pelo fato de que sei muito pouco de todas essas coisas, mas com certeza sei isso: que os juízos de valor dos seres humanos derivam inteiramente de seus desejos de felicidade, e portanto são uma tentativa de apoiar suas ilusões mediante argumentos (p. 115).*

Esses dois autores, tão distantes no tempo e nas teorias que construíram, apontam, contudo, para os conflitos existentes na própria natureza humana, como aquele “algo a mais” que a cultura, a razão, o conceito e o preconceito tentam responder. Mas, se Kant via nesse conflito algo a ser superado pelo plano preconcebido da natureza, ou então por um “sábio criador”, o pai da Psicanálise o verá também como desagregador.

O preconceito pode ser interpretado, em Kant, como o indutor da preguiça ou do medo do homem de sair de seu estado de menoridade, e em Freud, como a vitória do desejo sobre a razão. Em ambos os casos, é individual e culturalmente regressivo, ou ao menos resignativo. É produto daquele conflito, entre razão e desejos, ou entre cultura e desejos, e tal como o sintoma descrito pela psicanálise, é um compromisso entre ambos. Ele apresenta a coerência dos raciocínios lógicos e os anseios dos desejos que não podem sequer ser expressados culturalmente.

Mas, se Kant percebia a história no desenvolvimento da cultura, as ciências sociais oriundas do século XIX, e formalizadas por Comte<sup>14</sup>, ao tornarem natural o seu objeto – a sociedade – perderam a sua verdade. Antes do surgimento dessas ciências, a Filosofia estudava o seu objeto pela razão especulativa, mais do que pela razão experimental e empírica. Assim é que Kant e Hegel podiam falar da sociedade e do pensamento sem os considerar elementos imutáveis, mantendo a possibilidade do livre pensamento como característica do domínio humano. Neste domínio, a liberdade se opõe à causalidade própria do mundo empírico. O sujeito é afirmado sem se confundir com o objeto, e as categorias do conhecimento se convertem em um “para si” do sujeito, isto é, fundadas na razão humana e não em seu objeto.

Se, para o conhecimento da natureza, a razão é um instrumental que permite investigar o objeto, para se estruturar uma sociedade humana, a razão deveria ser um de seus pressupostos. A autonomia da razão, para Kant, que pressupunha que cada indivíduo deve julgar aquilo que se lhe propõe como algo a ser racional para ele e para a coletividade, dá-lhe uma defesa frente aos interesses particulares que se dão em nome da sociedade; a autoconsciência descrita por Hegel<sup>15</sup> permite ver a racionalidade na história e antever a ação que a torne cada vez mais racional. A decisão é individual, mas se ampara num instrumento coletivo, pois para eles a razão, embora se manifeste no indivíduo, pertence à coletividade humana.

Com o surgimento da psicanálise, da sociologia de Comte, do marxismo, o eixo de análise é modificado, embora de formas distintas.

Com a psicanálise, aquilo que o sujeito expressa é colocado sob suspeita, no que diz respeito às suas intenções, ou seja, não é que ele esteja intencionalmente mentindo, mas que, subjacente ao seu discurso manifesto, estão presentes outras motivações de cunho inconsciente. Freud com as suas descobertas não estava combatendo o iluminismo, do qual Hegel e Kant são representantes, mas apontando para os seus limites. Para isso, estabeleceu o sujeito, ao mesmo

<sup>14</sup> Cf. Marcuse (1978)-segunda parte.

<sup>15</sup> Cf. Marcuse (1978)-primeira parte.

tempo, como sujeito e objeto, ou seja, um objeto capaz de se pensar e se alterar dentro dos limites dados pela natureza e pela cultura. O homem se define pela relação entre ambas; desconhecer a natureza humana, nos seus conflitos entre desejos e proibições, é estar negando a base do mal-estar na civilização, é colaborar com a infelicidade humana mediante a tentativa de adaptar o homem a ideais culturais; negar a civilização é combater a própria natureza humana, expressada pelo iluminismo na possibilidade que o homem tem de vencer o seu destino dado pelos limites da natureza.

Já a reflexão marxiana mostra que as idéias, as representações, em suma o pensamento, dependem das relações concretas de produção. Em outras palavras, não é a consciência que determina a vida, mas a concretude da vida que determina a forma e o conteúdo do pensamento<sup>16</sup>. Desse modo, as diversas maneiras de explicar o mundo são dependentes das relações de produção e, além disso, adquirem a função social de encobrir a realidade tal como essa é e de justificar aquela que existe como aparência. Marx também é favorável às idéias de emancipação do homem de um estado de menoridade, mas demonstra que para isso são necessárias alterações nas condições concretas de vida; a liberdade, a justiça e a igualdade não são negadas por ele, mas relacionadas a essas condições.

O positivismo de Comte, por sua vez, propõe a busca da regularidade das formas da existência social, tornando, assim, a sociedade um objeto natural. Busca as leis por intermédio das quais uma sociedade se constitui e se mantém. A ordem natural dada a ela impede rupturas ou transformações mais profundas; a idéia do progresso se mantém dentro dos limites da ordem. De fato, as leis sociais que permeiam o progresso mostram certa racionalidade, mas se encaminham para o aperfeiçoamento do mundo existente e não para a sua alteração; dessa forma, as injustiças também se aperfeiçoam e a possibilidade de o homem influenciar o seu destino é negada; ele deve se adaptar à sociedade existente.

<sup>16</sup> Cf. Marx e Engels (1987).

Simultaneamente a essas transformações, o pré-conceito, a base racional do conceito, também é considerado como preconceito, que traz como características básicas: o pensar estereotipado, a ausência ou a refração da experiência, a ausência de tensão entre o conceito e o objeto, tensão essa que era a marca do pensamento iluminista. Deixa de ser algo pertencente à razão para ser expressão direta das paixões, embora se utilize de argumentos que podem conter alguma coerência interna; mas como o delírio também contém uma coerência interna, a sua verdade reside antes em desejos individuais, do que na realidade social, o que não implica que a cultura não suscite a desrazão, ou seja, que não obrigue o indivíduo a utilizar alguns mecanismos de defesa que alteram a percepção da realidade. Os preconceitos são opiniões, julgamentos e valores que servem a interesses em geral inconscientes do indivíduo, que teve de se valer deles para poder se adaptar à cultura.

Assim, o significado que assume o termo pré-conceito não é, na atualidade, algo que a experiência acumule, e que guie a ação sem bloquear a reflexão, mas algo que, sem ser natural, toma como base a natureza humana. É verdade que o preconceito envolve a generalização de certas características para todos os elementos que fazem parte de um conjunto, e que essas características não pertencem necessariamente ao objeto, ou seja, são também imaginárias. Mas isso não significa nem que seja um processo cognitivo, antes disso, é a sua negação, e nem que a imaginação esteja livre, pois a subjetividade petrificada no preconceito a impede.

### Sociedade e Indivíduo

Como visto, conceituar o preconceito é uma tarefa complexa, pois é um fenômeno que não se localiza somente no indivíduo que o contém e na sua vítima potencial ou real, mas também na sociedade que pode inibi-lo ou suscitá-lo. Ou seja, é um fenômeno que aponta para dimensões distintas da realidade: a sociedade e o indivíduo.

A comprovação que o preconceito, na sua gênese e formação, é também social nos é dada pelos diversos movimentos sociais que o suscitarão no século XX, dentre os quais o nazismo serve de protótipo.

A ideologia da raça pura do nazismo, apoiada também na doutrina eugênica do aperfeiçoamento do ser humano, permitiu a discriminação social daqueles grupos que eram considerados anti-raças (os judeus) ou raças inferiores (negros, ciganos), que poderiam, segundo aquele ideário, ameaçar a raça pura pelo cruzamento genético; além disso, representavam uma conspiração contra os seus direitos de raça superior. Essa ideologia foi defendida por uma vasta multidão na Alemanha, mas não só na Alemanha, permitindo a expressão do preconceito na discriminação e perseguição de diversos grupos.

Como o indivíduo não pode ser considerado somente produto de sua natureza, o que fortaleceria as teses nazistas, mas deve ser também considerado como produto cultural, a definição do indivíduo se encontra na imbricação entre a natureza e a cultura, e é função dessa última converter a natureza em natureza humana; mais do que isso, a cultura já é expressão da natureza humana.

O mesmo movimento voltado para a dominação da natureza, necessário para o desenvolvimento de nossa civilização, volta-se para o domínio de um homem sobre si mesmo e sobre os outros. Paradoxalmente, esse elemento – a vontade de dominação – é a natureza humana não conquistada, suscitada a todo momento em uma cultura que visa à competição e prega, em sentido velado, a sobrevivência dos mais aptos.

A sensação de superioridade do preconceituoso em relação à sua vítima é solicitada por uma cultura que não permite um lugar fixo a ninguém, pois é a própria insegurança de todos os indivíduos, é a eterna luta de todos contra todos, que a sustentam. Assim, o poder sobre o mais fraco é a busca de um espaço em uma sociedade que gira em torno do poder, busca essa fadada ao fracasso.

De outro lado, também paradoxalmente, quanto menos os indivíduos se identificam com a cultura a que pertencem, ou seja, quanto

menos se reconhecem nela, maior é a sua necessidade de se identificar com ela para mitigar o sentimento de desamparo, o que acarreta um conflito entre a necessidade de adaptação a normas, valores – que o indivíduo não reconhece como seus – e as suas vontades e interesses. Se ele consegue refletir sobre a racionalidade dessas normas e desses valores e sobre a sua relativa arbitrariedade, posto que alguns valores são essenciais à vida em comunidade, pode, conforme aqueles sejam racionais ou não, ou se modificar para aderir a eles, mas por convicção, ou lutar para alterá-los, ou seja, alterar a cultura. Caso não reflita sobre eles e não consiga se modificar para integrá-los a si, cria-se uma ambivalência: precisa aceitá-los para se sentir aceito socialmente, mas, ao mesmo tempo, essa aceitação, não sendo plena, coloca-o no conflito entre os seus interesses e os valores que deve adotar.

Sem dúvida, a ambivalência frente a esses valores é proveniente de outra ambivalência: aquela descrita por Freud (1975) presente no complexo de Édipo, e, assim, inicialmente dirigida àquele que representa esses valores, o que caracteriza a incorporação irracional dos mesmos, mas que, como passam a significar a autoridade introjetada, guardam o mesmo tipo de reação a ela. Como veremos no próximo capítulo, o preconceito é um dos elementos da tentativa de solução para esse conflito.

A presença de preconceitos, portanto, revela uma cultura dissociada de seus membros, o que evidencia a sua irracionalidade, uma vez que a cultura só pode existir em função dos interesses daqueles; essa mesma irracionalidade, contudo, aparece do lado do indivíduo: a violência sutil ou manifesta exercida pelo preconceituoso é a resposta a uma violência sutil ou manifesta gerada inicialmente pela cultura. Esse argumento não deve desresponsabilizar o preconceituoso de seus atos, mas auxiliar a entender a sua gênese.

O conceito de preconceito é complexo também porque se situa como resultante de conflitos em cada uma das dimensões mencionadas da realidade – a social e a individual. No conflito social, manifesto na esfera da cultura, entre a luta contra a natureza necessária para

a autoconservação e a regulamentação para o convívio social; no conflito individual, entre os desejos do indivíduo e a possibilidade de sua realização.

Em relação ao conflito social, é necessário voltar a dizer que a civilização ocidental se desenvolveu pautada na dialética do esclarecimento: um movimento destinado a livrar o homem do mito e do medo, e da submissão que aquele exigia do indivíduo, igualmente um produto dessa civilização. Essa dialética é inerente àquele movimento e se expressa pela contradição entre progresso e barbárie, ou seja, à medida que a civilização se desenvolve, a barbárie da qual se quer libertar a segue, mais do que como uma sombra, como algo inerente.

No nazismo, por exemplo, conviviam o alto desenvolvimento tecnológico e cultural com ideários e práticas regressivas, mas não se tratava só de convivência entre um elemento progressivo e outro regressivo. O próprio elemento progressivo, o avanço técnico, por exemplo, trazia consigo o seu contrário; a construção de câmaras de gás para matar os prisioneiros dos campos de concentração combinava a alta tecnologia com a ideologia regressiva, de eliminação daqueles que representavam a anti-raça.

Não se tratava, no caso, somente de mau uso da tecnologia; a própria postura de neutralidade presente na construção de artefatos técnicos já continha a frieza, também presente na ideologia, que permitiu o assassinato em massa.

A frieza, componente necessário para suportarmos os resultados dos conflitos sociais – expressos no contingente expressivo de miseráveis, na negação do alívio da dor para muitos que não têm acesso à saúde, na contínua eliminação da dignidade humana que deve ser ofertada ao preço do mercado, na resignação a uma vida cujo sentido é continuamente expropriado pelos meios de comunicação de massa, na humilhação cotidiana de se ser continuamente enganado –, evita a angústia de termos de nos identificar com os que são excluídos, angústia devida tanto à má-consciência de sermos em parte responsáveis por

tudo isso, quanto à possibilidade de esses excluídos nos refletirem: de nós, a cada momento, sermos passíveis de ser também excluídos, mesmo porque não somos suficientemente diferentes nem daqueles que excluem, nem daqueles que são as suas vítimas.

Mas, como enunciado, a frieza do ato preconceituoso não é distinta da frieza presente na neutralidade que o pesquisador deve ter para a análise de suas questões e, tampouco, daquela que configura o homem de negócios, embora envolvam intenções diferentes. No preconceituoso, ela deve proteger o indivíduo da realidade que ele não pode ver; na ciência, a frieza deve auxiliar no entendimento da realidade, e nos negócios ela se prende à racionalidade dos comportamentos economicamente racionais.

No entanto, a neutralidade científica, por visar à independência de conteúdos, tende a se tornar dependente das forças sociais existentes, uma vez que se propõe a aplicá-la a qualquer objeto; assim é que foram feitos estudos que tentaram demonstrar a diferença de inteligência entre ‘raças’, afastando-se das evidências mais próximas, que apontam ser aquela diferença fruto do conflito entre forças sociais. Os estudos “científicos” feitos com seres humanos nos campos de concentração foram dotados da mesma frieza.

Claro que se pode alegar que é possível um controle ético sobre o que pesquisar e de que forma pesquisar, mas com isso se esquece que a frieza surge no momento mesmo em que conhecimento e ética se dissociam. Com isso não se quer dizer que a ciência seja produtora de preconceitos *a priori*, ou que não devam existir códigos de ética para controlar o exercício científico, uma vez que a ciência, sendo produtora de conhecimentos, pode auxiliar no combate ao próprio preconceito, e a vigilância ética, ainda que idealista, pode frear a desumanidade presente na frieza. O que se pretende é apontar para os despassos presentes na ciência, que na verdade provêm de setores alheios a ela.

O homem de negócios, por sua vez, deve se portar com neutralidade frente aos objetos que negocia, são produtos como outros

quaisquer e devem seguir as leis do mercado, se são alimentos, remédios, drogas ou armas, pouco importa. Claro que as leis dizem o que é permitido e o que não é, assim como há regulamentação sobre as formas de comercialização. Essas mesmas leis, no entanto, mostram os limites do mercado livre: se os produtos devem ser oferecidos no mercado segundo a demanda, não há porque se proibir alguns produtos; de outro lado, os comerciantes de mercadorias proibidas não se utilizam de métodos diferentes dos outros para produzi-las e administrá-las.

O fato de a frieza presente no comércio e na ciência apontar para o distanciamento de seus respectivos objetos, e pedir por uma ética ou leis que regulem a relação, mostra tanto o progressivo distanciamento do indivíduo em relação à cultura, conforme aludimos, quanto que as relações humanas cada vez menos são imediatas, ou seja, a mediação da sociedade com suas leis, normas e seus códigos, é cada vez mais necessária para que não se tome contato com os impasses dessa mesma sociedade, dentre os quais o mais visível é o de que já teríamos condições técnicas e científicas de eliminar a miséria. Mas, quanto mais isto acontece, mais transparece que o indivíduo cada vez menos é autônomo. Ou seja, ele é incapaz de pensar por si mesmo, pois precisa cada vez mais recorrer a normas externas e a estereótipos para agir.

Em outras palavras, a regulamentação excessiva que caracteriza a sociedade da administração, que a tudo deve administrar, entre coisas e pessoas, reflete a dificuldade de os indivíduos agirem de acordo com a sua própria consciência; essa necessidade de se voltar para fora para saber como se deve agir, ou seja, de obedecer a um comando externo, por sua vez, leva à constituição de indivíduos frágeis com uma insegurança constante, que suscita o preconceito para se afirmar uma identidade que não se possui. Nesse caso, o preconceito aponta para a dificuldade de se identificar com alguém que possa seguir normas distintas daquelas que ele tão sofridamente defende, porque são externas a ele.

Assim, o preconceito não é só paixão, é também frieza e apatia. Nele esses extremos se encontram. Assim é que, se no caso da paixão o objeto é anulado, na apatia o sujeito se anula; tal qual na relação entre a paranóia e o positivismo, descrita por Horkheimer e Adorno (1986), a apatia é a sombra da paixão.

### *Lacuna a que visa responder o preconceito*

O conceito de preconceito viria a responder não só a questões importantes para o bom convívio humano, mas a algo mais que sustentaria a questão. Esse algo mais se refere tanto ao terror expressado na imagem daqueles que são as suas vítimas, quanto ao horror a que tenta responder o próprio ato preconceituoso, pois, claro, não há que se criar um preconceito sobre os preconceituosos, posto que isso não resolveria o problema, apenas o reproduziria. Mas essas questões não correspondem diretamente àquele algo mais que gera a pergunta sobre o preconceito.

Várias questões são derivadas da pergunta sobre o que é preconceito: o que o gera? É algo inerente à natureza humana? Se assim for, há algo a ser feito para que possa ser, ao menos, atenuado? A cultura pode gerá-lo, ou facilitar a sua existência? O preconceituoso é psiquicamente anormal? O preconceito depende de seu objeto, ou somente responde a leis psicológicas? É dirigido a algum objeto específico, ou há uma predisposição no preconceituoso a ter uma reação de hostilidade a diversos objetos?

Há algo inquietante, no entanto, que faz com que essas questões não possam ser respondidas diretamente, e outras tantas surjam. As teorias segregacionistas: fascistas, racistas, classistas, sexistas – que são endossadas por muitas pessoas em largo período de tempo – promovem preconceitos e são promovidas por eles? As teorias e as pesquisas científicas que estudam e tentam explicar diferenças entre raças, sexos, classes sociais trazem embutido o preconceito? As tentativas da engenharia genética de aperfeiçoar os genes humanos não

seriam contrárias ao significado mesmo que a civilização ocidental possui de enfrentar a natureza, posto que a seleção natural, à qual a cultura se contrapõe, parece atingir os mesmos efeitos, ou seja, eliminar os mais débeis? Em última análise, o preconceito não teria uma proximidade perigosa do próprio conceito que aquelas teorias utilizam? E, se assim for, como distinguir os dois?

Embora tenhamos ao longo deste capítulo dado indícios para as respostas, o que queremos, no momento, é entender a que as perguntas se dirigem além de seu conteúdo manifesto.

Se o símbolo puro pode ser encontrado na lógica, na qual cada letra representa arbitrariamente qualquer coisa, e ser entendido na sua ausência de sentido (pois só o tem no lugar que ocupa dentro do sistema lógico), a experiência nunca atinge o mesmo grau de independência dos significados que lhe são atribuídos pelo sujeito que a vive. Mas se o símbolo e mesmo a própria lógica foram criados pelo homem no processo de seu desenvolvimento, para poder fazer frente às adversidades de sua adaptação, eles são frutos dessa, o que implica que, se as criações simbólicas podem alcançar alguma independência frente às condições que as geraram, nessa mesma independência guardam algo daquelas; assim, na simbologia mais pura é possível se pensar aquilo a que visa a responder, pois caso contrário a lógica e o pensamento se tornam tão arbitrários quanto a argumentação desenvolvida pelos sofistas, que prescindem do objeto para enunciá-la, pois o que está em questão para eles é menos a verdade do que o poder de persuasão.

Na pureza da lógica não deixam de estar presentes os desejos humanos da perfeição ou do reencontro com um estado perdido ou almejado, assim como o medo de se sair das regras estabelecidas, que poderiam pôr em questão essas mesmas regras. Aquilo que está situado fora aponta para os limites do que se julga ilimitado e aguça o sentimento de impotência. O mesmo vale para a geometria: "Essa aliança entre geometria e melancolia tem uma longa tradição: aqueles dotados para a geometria são predispostos à melancolia, porque a consciência de uma esfera situada fora de seu alcance faz sofrer àqueles

que têm o sentimento da limitação e insuficiência no plano do espírito" (Matos, 1993, p. 168).

A necessidade de se reportar a um ponto fixo, a uma quantidade, a uma explicação lógica por mais depurada de sentido que pareça, traz consigo uma lacuna que precisa ser preenchida, lacuna essa que tenta se desprender do passado que a gerou, mas que sobrevive pedindo por uma resposta. Já Freud (1986), quando argumentou que os desejos são mais fortes do que as argumentações racionais que tentam constituir os sistemas éticos e filosóficos, apontou para aquilo que movia a razão e que quando não é percebido é falseado. E, assim, no preconceito não deixa de estar presente a racionalização expressada por uma argumentação coerente que oculta a sua verdadeira motivação.

Da mesma forma que as perguntas de uma criança que se repetem sem parar não visam necessariamente às respostas, as explicações teóricas quer filosóficas, quer religiosas, quer políticas, não visam necessariamente responder às questões estabelecidas, mas às lacunas que as suscitam. Isto não diminui o valor quer das perguntas, quer das respostas, mas mostra que elas não se dão no vácuo e nem são produtos de algum "instinto de curiosidade", o que dá o outro lado da problemática da conceituação do preconceito: deve-se captar algo com o conceito que não é conceituável, posto que se nutre de suas mesmas fontes – as necessidades que o geram: "As perguntas sem fim da criança já são sinais de uma dor secreta, de uma primeira questão para a qual não encontrou resposta e que não sabe formular corretamente" (Horkheimer e Adorno, 1986, p. 240).

O que queremos enfatizar é que tão importante como responder às questões explicitadas é se atentar para aquilo que as gera, que não se confunde com suas respostas. O próprio ato de perguntar não se refere somente àquilo que se desconhece, mas à possibilidade do reconhecimento naquilo que é desconhecido, mas quanto menos esse reconhecimento pode se dar, mais se tenta evitar a própria pergunta; o desconhecido é fixado como um outro, mas apenas na aparência, posto que é fixado pelas necessidades daquele que rompe o

movimento do objeto e, assim, se torna um outro igual a si mesmo, evitando que esse outro lhe suscite algo de si que lhe é desconhecido. O que pode libertar o objeto de ser aprisionado em uma malha imaginária é o próprio reconhecimento do quanto ele é convertido ao sujeito, que não consegue se perceber na sua obra. Assim ocorre com o indivíduo, assim ocorre com a cultura. A nossa cultura evita se reconhecer na obra que realizou, tornando-a natural; o indivíduo também não percebe que ao ‘naturalizar’ a si mesmo e aos outros imita a natureza morta, seguindo a própria maneira que a concebe.

O que leva a essa paralisia do movimento é menos o medo do desconhecido do que o medo da perda do que já se conseguiu estruturar. É justamente porque a cultura teme a barbárie que evita reconhecê-la dentro de si mesma, o que permitiria melhor enfrentá-la. Assim também aqueles que evitam a própria subjetividade, que constitui o seu eu, temem por sua desestruturação, devido àquilo que contém de desconhecido.

A pergunta só pode ser feita sem ser provocada pela dor do sujeito, que fere também o objeto, quando for reconhecida enquanto tal e puder buscar respostas a partir daquela dor e não contra ela ou por meio de sua negação. É a própria reflexão sobre os propósitos da cultura e de seus indivíduos em confronto com as suas reais necessidades que poderia criar um freio à violência, e, dessa forma, ao preconceito.

Assim, o círculo com os seus diversos ziguezagues se fecha. A cultura calcada na autoconservação, ou seja, na necessidade de dominação da natureza (que envolve a própria natureza humana) estabelece seus valores, entre os quais a força – para enfrentar a natureza; a inteligência – voltada para a ação eficaz; a saúde física e psíquica – para controlar o corpo e as suas vontades; e, finalmente, elege o tipo ideal, que, obviamente, nenhum indivíduo atinge, embora não consiga desistir de tentar.

O indivíduo, por sua vez, incorpora esses valores de forma inconsciente e, portanto, irracional, no processo de seu desenvolvimento,

não sendo eles necessariamente relacionados com os seus interesses mais racionais, como o da coexistência pacífica, por exemplo. Como essa intenção se dá em meio a uma relação familiar marcada pelo afeto e pelo medo, aqueles valores são afetados por esses. Quando surge alguém que nega o ideal introyectado, a identificação inconsciente com esse suscita o medo presente na criação daqueles valores: medo da perda do amor dos pais (ou de seus substitutos) e medo do desamparo que isso acarretaria e, desse modo, aquela identificação deve ser mais uma vez negada.

Assim, tudo aquilo que impeça o indivíduo de se voltar para a realidade, evitando, quer a percepção de sofrimento que ela contém, quer a necessidade da vinculação com a cultura como uma instância que aponta para a universalidade humana, auxilia na formação de preconceitos. Da mesma forma, toda a ação que incentive a necessidade do confronto com os outros para que possa se garantir a sobrevivência, quando essa garantia já poderia ser dada tendo em vista os recursos atuais da civilização, colabora com a regressão social e com a regressão individual, que são componentes básicos do preconceito. Se a cultura é a expressão da natureza humana, que defende o homem dos perigos da natureza, a exclusão contida no preconceito torna esta cultura tão ameaçadora quanto a própria natureza, da qual ela se propõe defender os homens.